

Os limites da política da vida e da morte: As narrativas sobre desastres ambientais

Marize Schons¹

Resumo: Os riscos são “variáveis projetadas” através de um sistema de confiança em peritos especializados em verificar, prever, medir, estimar e informar possibilidades de desastres. A partir de narrativas e práticas de peritos cientistas e mediadores burocráticos, pretendo refletir sobre as articulações entre distintas dimensões éticas produzidas nos discursos e nas ações das entidades políticas e científicas envolvidas na prevenção dos desastres ambientais. Revelando, assim os encontros e as controvérsias no que diz respeito a noções, moralidades e valores quanto a ideologia e a prática da prevenção e da proteção de eventos críticos.

Palavras-chave: antropologia urbana, ontologia, ambiente

INTRODUÇÃO

Os riscos ambientais têm se colocado como uma das mais importantes questões contemporâneas, principalmente no que se refere ao mundo urbano e as discussões sobre gestão da cidade e seu crescimento (PROJETO PRÓ-INTEGRAÇÃO n° 55/2013). Segundo Robin Clarke e Jannet King (2005), as enchentes afetam milhões de pessoas todos os anos. Quase sempre consideradas “desastre naturais”, muitas se agravam por causa do desmatamento, da drenagem de zonas úmidas e a tentativa de controlar o fluxo dos rios. As enchentes ou inundações são relatadas como conseqüências das mudanças climáticas e da interferência do homem na natureza, tais como: o desmatamento de matas ciliares, que favorece o assoreamento dos rios; as mudanças no curso das águas fluviais em detrimento do desenvolvimento econômico; a expansão desordenada das cidades, que em se tratando de municípios ribeirinhos há ocupação das margens dos rios, aterrando para a construção de moradias, além do lixo que geralmente é depositado no curso das suas águas (VEYRET, 2003, p. 63). Outro problema enfrentado pelos municípios considerados vulneráveis é a questão do deslizamento. Por conta do crescimento populacional, casas são construídas em regiões

¹ Mestranda em Antropologia Social no curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientação de Cornelia Eckert.

de morro que são desmatadas, deixando o solo menos protegido aos deslizamentos de terra após um período de chuva.

A sociedade pós-disciplinar (RABINOW, 1984) acomoda uma série de transformações de tecnologias sociais e gerenciamento administrativo quanto à prevenção de desastres através de uma abordagem instrumentalizada da natureza e dos indivíduos a partir da atuação de especialistas. O imaginário da prevenção é conduzido pelo processo de mapeamento dos riscos por peritos (engenheiros, geógrafos, geólogos, meteorologistas e assim por diante). Enquanto a proteção é assegurada pela organização de instituições responsáveis em atender vítimas e minimizar desastres (Defesa Civil e bombeiros).

Segundo Veena Das (2004) crises são como uma janela para entender os - processos políticos e sociais que não seriam visíveis². A antropologia social focalizou os estudos das crises, dos riscos, das rupturas e dos desastres como fenômenos multidimensionais e processuais. Através de suas práticas cotidianas, diversos atores portadores de diferentes valores, interesses e recursos participam da produção social desses eventos. O artigo pretende refletir as controvérsias e articulações sobre as práticas políticas e científicas atentas ao tema da “prevenção de desastres”. Analisando, dessa forma, os relatos de técnicos engenheiros – que atuam no Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED-UFRGS) – e as narrativas de um dos mediadores responsáveis, durante os anos de 2005 e 2011, pelas políticas públicas de orientação e de prevenção a desastres ambientais da Defesa Civil do município de Rolante/RS – cidade considerada vulnerável pelo Ministério da Integração Nacional a partir de estudos realizados pelo próprio CEPED.

As políticas de prevenção a desastre não consistem em simples demandas dos afetados pelo atendimento dos especialistas, mas os próprios especialistas elegendos quem são os afetados e quem serão os protegidos. Portanto, pretendendo compreender como discursos descontínuos e não-legitimados atuam contra os efeitos de poder centralizadores de um discurso científico, que requer para si o estatuto de conhecimento

² Escolhi fazer uma tradução livre de algumas citações do texto de Veena Das “Critical Events: Na Anthropological Perspective on Contemporary India”. A citação original: “But, paradoxically such crises in society create windows on normality. Through the windows of a chemical disaster, one can peer at political and social processes not usually accessible or visible”. (DAS, 2004, p.142)

verdadeiro.³ Pretendo, desta forma, pensar como as políticas de minimização de desastres, suas negociações, controvérsias, ilegalidades e limites constituem o que chamamos de Estado. Portanto, o conceito de Estado não parte de uma “uma forma de organização política administrativa racionalizada enfraquecida ou menos articulada em suas margens sociais” (DAS e POHLE, 2008. p.3).

As margens (DAS e POHLE, 2008) não são concebida como simplesmente a periferia e “o lugar onde o Estado não chega”, mas sim como suas negociações ordinárias e a experiência não purificada das suas próprias práticas administrativas questiona a narrativa do Brasil como um país da “Modernização Inacabada”.⁴ Rompendo com a idéia de de um patrimonialismo *a priori*, o debate sobre “prevenção”, “salvuarda”⁵, “reparação”, suas controvérsias e limites partem de um debate internacional sobre o tema. Visto que, as práticas ordinárias que fogem da normativa formal no âmbito das políticas de minimização de desastres a serem levantadas no trabalho de campo, são interpretadas como formas de ação dos atores envolvidos e não como simplesmente uma “ineficiência da máquina administrativa”.

As expectativas científica

O CEPED é um núcleo interdisciplinar vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁶. Pretende englobar a pesquisa e extensão, contribuindo para a prevenção e minimização dos desastres e seus efeitos. Através da realização de atividades nas áreas

3 Dialética do Esclarecimento (ADORNO e HORKHEIMER, 1983), Além do Bem e do Mal (NIETZSCHE, 2009), Gaia da Ciência (NIETZSCHE, 2009) , História da Sexualidade 1: A Vontade do Saber. (FOUCAULT, 1977)

4 Os Donos do Poder (FAORO, 1957), Raízes do Brasil (HOLANDA, 1997), Carnavais Malandros e Heróis (DA MATTA, 1989)

5 Políticas de Salvaguarda consistem em medidas socioambientais no ambito internacional de criação de mecanismo de mediação de conflitos e canais de participação de uma modernização ecologica onde a produção de riqueza estaria em harmonia com a preservação do meio ambiente (FURTADO, Fabrina e STRAUTMAN, Gabriel. 2014 In: ZHOURI, Andréa e VALENCIO, Norma (org). Formas de Matar Morrer e Resistir)

⁶ Localizado na Av. Paulo Gama 110 – Bairro Farroupilha - Porto Alegre/RS. Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenado por Luiz Carlos Pinto da Silva Filho, Ph.D em Engenharia Civil.

de ensino, pretende prestar serviços de transferência de tecnologia e formação acadêmica de profissionais especialistas; estabelecendo, assim, um intercâmbio e integração entre profissionais e entidades públicas e privadas. Desta forma, através do CEPED, a universidade presta assessoria em projetos específicos de diferentes segmentos da administração pública. Sua sede é localizada na Faculdade de Engenharia no Centro de Porto Alegre, contando com pesquisadores que trabalham também no posto de Bombeiros e na sede da Defesa Civil na capital. Com uma equipe de mais de 100 pesquisadores, o CEPED reúne diversos especialistas da área da engenharia civil, engenharia ambiental, assistência social, meteorologia, geologia, geografia e arquitetura. A partir do CEPED, Luiz Carlos Pinto da Silva Filho, professor da Faculdade de Engenharia da UFRGS, ganhou um projeto com a CAPES, dispondo de duas bolsas de pós doutorado concedidas a Alexandra Passuello⁷ e Cristiane Pauletti.⁸ A partir daquele ano, foi assinado um acordo com a Secretaria Estadual da Defesa Civil e o núcleo de pesquisa.

Dos duzentos e cinquenta e um municípios considerados vulneráveis pelo Ministério da Integração Nacional⁹, o Rio Grande do Sul conta com trinta e duas cidades. O CEPED é responsável por oito desses trinta e dois municípios (Estrela, Rolante, Encantado, Sapiranga, Novo Hamburgo, Igrejinha, Riozinho e Parobé). O trabalho de campo¹⁰ consiste em acompanhar esse núcleo de pesquisa durante o projeto de mapeamento de vulnerabilidade de setores de risco (esse setores apontados previamente pelo serviço geológico do Brasil - CRPM). Na primeira experiência de campo, acompanhei a atuação do núcleo em Encantado/RS, contando com uma mestrandia em Engenharia Civil, uma mestrandia em Geografia, uma doutora em Arquitetura e uma bolsista de Iniciação Científica da Geologia (todas da UFRGS). Logo quando chegamos ao município, Amanda (estudante do mestrado em geografia) me passou o colete do CEPED. Um colete amarelo cheio de bolsos, com o logo da UFRGS

⁹ <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/15/governo-federal-identifica-251-municipios-vulneraveis-a-chuva-no-pais-sul-e-sudeste-terao-r-48-mi.htm> Acesso 13 de agosto de 2014.

¹⁰ As fontes desse artigo consistem nos diários de campo das saídas que realizei com o CEPED. Com a entrevista informal com Alexandra e Cristiane. Com a entrevista como ex coordenador geral da Defesa Civil de Rolante e com a análise do projeto escrito do CEPED do qual eu faço parte como bolsista de mestrado desde 2014/01

e do núcleo de pesquisa bordados na lapela. Na frente da prefeitura da cidade, todas se reuniram fora do carro¹¹, esperando Alexandre, o técnico da Defesa Civil de Encantado.

As meninas começaram a separar os mapas referentes aos indicadores de vulnerabilidade assim como conjuntos lápis coloridos (na cor vermelha, verde e amarela). Durante uma amigável discussão sobre a separação do trabalho, eu pedi para me explicarem o procedimento, e Amanda explicou que o mapa é concebido através de indicadores de vulnerabilidade previamente estabelecidos nas reuniões do CEPED (esses indicadores fazem parte de uma nomenclatura “verde, amarelo e vermelho” e pretendem analisar condições de saneamento, lixo, condição de habitação, drenagem e equipamento público). Verde é considerado “bom”, amarelo “razoável” e vermelho “ruim”. Perguntei se essa técnica era padrão para todo o Brasil e ela me explicou que não, que essa era uma forma de trabalhar específica do CEPED. Basicamente, as pesquisadoras caminhavam pelo setor de risco e avaliam esses indicadores, pintando no mapa a avaliação referente a cada indicador.

Por mais que essa pareça ser uma atividade objetiva, presenciei durante todas as saídas de campo, controvérsias em relação à avaliação dos indicadores. Principalmente no que se referiam as condições de habitação. Thaís (estudante de mestrado na engenharia civil), pergunta para Karla (arquiteta) se aquela casa ali “*era amarela ou vermelha*”. Segundo Karla era amarela, segundo Thaís era vermelha. Karla relata que se fosse vermelha ela teria “*feito tudo errado em Novo Hamburgo*¹²” (município visitado anteriormente pela equipe). A discussão se estende por alguns minutos, até que Amanda intervém e diz para Thaís fazer como ela achar melhor e que depois na reunião com Alexandra e Cristiane elas resolveriam essa questão. A saída de campo continuou, eu fiquei responsável por tirar fotos das casas e das ruas visitadas

Durante as saídas de campo com o CEPED é um pouco difícil conversar com a população, pois o trabalho é sempre itinerante. Enquanto eu ficava para conversar com um morador, a equipe se afastava, comprometida a realizar a atividade referente aos indicadores. Apesar disso, segundo Alexandra, tanto o CEPED quanto o GRID tem uma “*proposta científica diferente, pois o saber técnico deve estar ligado ao saber popular,*

¹¹ Alugado através do financiamento do projeto. Assim como todos os nossos custos com alimentação e pedágio.

¹² Os relatos no artigo estarão em *itálico*

mais realista”¹³. Essa proposta é oficializada em um dos projetos do CEPED, intitulado “Estudos de metodologias para redução de vulnerabilidades a desastres através da qualificação da percepção e comunicação de riscos, usando abordagens interdisciplinares e participativas”. Trago aqui um trecho do projeto referente aos seus objetivos:

“Uma forma interessante de obter informações preliminares sobre a ocorrência de situações perigosas que possam causar danos a uma comunidade é através do saber popular, mesmo porque os desastres ocorrem a nível local, e as pessoas expostas a estes eventos podem contribuir significativamente na construção de inventários através dos relatos de problemas associados a uma dada localidade. Na verdade, muitos autores defendem que é mais promissor começar pela percepção da vulnerabilidade, pelos indivíduos ou pela visão dos indivíduos vulneráveis acerca de sua própria vulnerabilidade, levando em conta os saberes e as atitudes/práticas locais. (PROJETO PRÓ-INTEGRAÇÃO n° 55/2013)

Esse trabalho campo ocorre em companhia de um técnico da Defesa Civil do município visitado e também é contemplado com informações dos próprios moradores da área de risco visitada. Entretanto, durante a saída de campo, o contato com a população se dá de forma instantânea, rápida e muito objetiva. As perguntas se resumem em *“teve enchente aqui?”*¹⁴ e *“até onde vai o nível da água?”*¹⁵. Thaís ainda relata que as vezes os moradores confundem os pesquisadores do CEPED com funcionários da prefeitura *“fazendo reclamações e dando propostas que geralmente nem vão resolver o problema”*¹⁶. Pergunto a ela qual foi a reação diante essa abordagem e Thais responde que *“apenas deixou falar e depois disse que não era da prefeitura, que era da universidade”*. Na continuidade dessa conversa a estudante ainda me explica sobre as limitações da atuação do núcleo *“as vezes as pessoas vem reclamar sobre alagamento, mas a gente não cuida o alagamento, nosso foco é a enchente. É possível fazer outro projeto para tratar os alagamentos, mas esse projeto é para monitorar enchente,”*. Ainda segundo o projeto CEPED:

O crescimento urbano de forma desordenada e não planejada colaborou para piorar ainda mais o quadro, pois resultou na ocupação de um número ainda maior de áreas impróprias ou de risco, majoritariamente por camadas de menor renda da população, que apresentam pouca resiliência. Esse quadro, associado às variações climáticas intensas mais extremas registradas nos últimos anos, explica porque o registro de ocorrências de desastres naturais

¹³ Entrevista realizada com Alexandra e Cristiane no dia 6 de junho de 2014 na sede do CEPED no campus centro da UFRGS.

¹⁴ Saída de campo do dia 9 de junho de 2014

¹⁵ Saída de campo do dia 9 de junho de 2014

¹⁶ Saída de campo do dia 9 de junho de 2014

tem se incrementado e chamado tanto à atenção da sociedade brasileira. Cabe ao poder público e aos pesquisadores da área entender essa realidade e mapear as zonas mais afetadas por cada tipo de fenômeno, para que se possa tentar estabelecer estratégias de prevenção e preparação adequadas, que colaborem na redução de riscos de desastres. (PROJETO PRÓ-INTEGRAÇÃO n° 55/2013)

Anualmente cerca de cerca de 30% de seus municípios decretam situação de emergência ou Estado de Calamidade Pública (VALENCIO, 2010). De acordo com a Estratégia Internacional de Redução de Desastres (UNDP; ISDR, 2004 apud INPE, 2009) o risco pode ser definido como a probabilidade de perdas esperadas, resultantes da interação entre as ameaças/perigos e as vulnerabilidades. É importante considerar que, a vulnerabilidade de uma comunidade, segundo esse documento, está associada com a falta de condições para resistir aos impactos produzidos por um evento extremo, sendo os danos tanto maiores quanto maior for a falta de preparo desta comunidade. Desta forma, segundo o projeto do CEPED, a resiliência¹⁷ de uma comunidade está na “sua capacidade em perceber riscos e receber informação”¹⁸. E tendo em vista essa perspectiva, as metas do núcleo de pesquisa se comprometem a buscar uma “readequação de método socioeducativo para redução de vulnerabilidades associadas aos processos perigosos de inundações e movimentos de massa”¹⁹.

De acordo com Venna Das (2004), a partir da transformação profissional do sofrimento das vítimas, cria-se uma ocasião para legitimar o poder, neste caso, exercido através da ciência e do Estado. É assumido por ambos os lados nessa disputa (ciência e política), que as leis são espaços dos quais a vítima se torna o acusador. Ela que tem que adquirir meios de provar que ela teve dano (DAS, 2004, p. 144).

É interessante notar nos documentos do CEPED a expectativa do núcleo em relação ao papel dos vulneráveis em lidar com sua própria vulnerabilidade. A expectativa não consiste apenas no reconhecimento do indivíduo da sua condição de vulnerável (apontada, certificada, comprovada e oficializada anteriormente através dos laudos científicos), mas a performance do cidadão como um ator social apto a reconhecer e superar sua vulnerabilidade tanto a partir de um entendimento da narrativa científico, como a partir de sua ação política nesse contexto. Entretanto, as informações concedidas pela comunidade local tem status de “informação preliminar²⁰” – ou seja,

¹⁷ Resiliência é a capacidade de voltar ao seu estado natural, principalmente após alguma situação crítica e fora do comum.

¹⁸ PROJETO PRÓ-INTEGRAÇÃO n° 55/2013 JUSTIFICATIVAS

¹⁹ PROJETO PRÓ-INTEGRAÇÃO n° 55/2013 METAS I

²⁰ PROJETO PRÓ-INTEGRAÇÃO n° 55/2013 JUSTIFICATIVAS

não tem a mesma autoridade da informação científica – e o “*saber popular pode contribuir significativamente na construção de inventários através de relatos de problemas associadas a uma dada localidade*”²¹. De acordo com o projeto do grupo de pesquisa: “*Esta abordagem pode constituir-se em uma ampla mudança política, visando o emprego de recursos, buscando reduzir os impactos negativos dos desastres naturais nas comunidades*”²². Desta forma, é preciso transformar o sofrimento de um evento crítico em um linguajar científico – como diz o projeto “*a partir da construção de inventários*” – tanto para ser reconhecido – depois de uma avaliação prévia, pois o saber popular “*pode*” contribuir na construção desses documentos oficiais – como para que seja possível que o Estado, único que tem autoridade para tal, lute pelos direitos dos seus cidadãos.

A biopolítica acomoda uma série de transformações de tecnologias sociais e gerenciamento administrativo quanto ao disciplinamento dos corpos. A *prevenção* se estabelece através de uma abordagem instrumentalizada da natureza e dos indivíduos a partir da atuação de especialistas. As narrativas científicas são instrumentos cognitivos e o ritual científico – medição, amostragem estatísticas, disputas de validade – são importantíssimas para esse processo de suscetibilidade.

A partir do século XVIII, a literatura sobre o aperfeiçoamento na forma de governar é essencial para entender a política que tem como foco a vida humana (a biopolítica). Uma forma de governar que exerce o seu poder a partir da regulamentação de taxas e estatísticas para manter uma espécie de regulação no corpo social como um novo objeto de intervenção, não mais como corpo individual, mas sim como um corpo numerável, que pode ser contado e medido. As “culturas de auditoria”²³ e sua relação com a “governança global” expõe os indivíduos a uma série de indicadores que

²¹ PROJETO PRÓ-INTEGRAÇÃO n° 55/2013 JUSTIFICATIVAS

²² PROJETO PRÓ-INTEGRAÇÃO n° 55/2013 JUSTIFICATIVAS

²³ DAVIS, Kevin E; KINGSBURY, Benedict e MERRY, Sally E. “Indicators as a Technology of Global Governance”. In: Law & Society Review. Volume 46, número 1, 2012

KIPNIS, Andrew B. “Audit Cultures. Neoliberal governmentality, socialist legacy, or technologies of governing?”. In: American Ethnologist. Vol. 35, n. 2, 2008

MERRY, Sally E. “Measuring the World: indicators, human rights and global governance. In: Current Anthropology. Vol. 52 (3), abril de 2011.

STRATHERN, Marilyn (Ed.). Audit cultures: anthropological studies in accountability, ethics, and the academy. London, Routledge, 2000.

pretendem demonstrar de forma “científica” e imparcial a eficiência ou ineficiência da gestão pública.

As auditorias seriam uma forma específica de governança global que se dá através da informação e que se pretende imparcial e científica, uma vez que baseada em dados e análises quantitativas. O projeto que envolve as práticas que etnografei está associado a esse tipo de governança, pois pretende criar um mapa de vulnerabilidade das regiões de risco no Brasil (projeto financiado pelo Ministério da Integração Nacional). O uso dos indicadores por “agentes de governo” é uma importante fonte para que os governantes adquiram sua autoridade (que pode ser moral, científica, econômica ou legal), podendo ser contestadas pelos governados. Estabelecer o mapa de vulnerabilidade implica na transferência de verba via o reconhecimento do município como um município vulnerável, na remoção de famílias e várias outras ações de governança.

Entretanto, aqueles que o produzem estão também produzindo o fenômeno social que estão medindo, mesmo que os indicadores se pretendam “purificados” para que possam ser utilizados pelos governantes. A ideia de modernidade se apresenta como consistente e purificada, escondendo inúmeras lógicas não coerentes em um processo que é na realidade bagunçado, mas essas questões são consideradas como desnecessárias para que o sistema funcione. Essa aparente pureza esconde todos os processos realizados para que as diferentes lógicas envolvidas se encaixem (ou não). Processos, esses, essenciais para a construção da minha experiência etnográfica junto ao CEPED.

A narrativa burocrática

Das e Pohle (2008) assinalam que os levantamentos estatísticos por parte do Estado têm como finalidade a consolidação do controle estatal sobre os sujeitos, o território e a população; em suas próprias palavras: “Reconocemos que las prácticas de relevamiento documental y estadístico del estado están al servicio de la consolidación del controle estatal sobre los sujetos, los territorios y las vidas”. (Das e Pohle, 2008, p. 25). O Estado agora é a justiça divina (DAS, 2004, p.148). Sustentando pelo discurso dos especialistas (administradores, juristas e cientistas) suas práticas em torno da

prevenção e enfrentamento de desastre estabelecem, a partir da “doutrina do melhor interesse”²⁴(DAS, 2004, p.73).

Um dos municípios monitorados pelo centro de pesquisa do qual eu visitei nas primeiras saídas de campo do CEPED, foi Rolante. Localizado na região do Vale do Paranhãna (na encosta da serra), “*a enchente está no nome da cidade*”²⁵ como me conta Kleber, ex-coordenador geral da Defesa Civil do município. Segundo esse, Rolante (nome homônimo ao nome do rio que banha a cidade e que recebe afluentes de São Francisco de Paula e Riozinho) é uma das únicas cidades monitoradas por satélite, avisando o site da Defesa Civil caso o número de volume da chuva ultrapasse 200mm. Mesmo sendo uma cidade que de certa forma “avisa” outros municípios que vai ocorrer enchente, Kleber conta que “*antigamente o ministério (da integração) não se preocupava muito com desastres*”, e que o movimento de criação da Defesa Civil e captação de recursos para comprar equipamento aos bombeiros, começou apenas em 2005. Considerando que o risco maior da cidade, além dos deslizamentos, é a velocidade com que a enchente emerge sobre a população; a imprevisão da enxurrada faz a comunidade de Rolante ter pouco tempo para se preparar, mesmo que não tenha problemas com alagamento (como seus vizinhos Sapiranga e Novo Hamburgo, também monitorados pelo CEPED).

Ao explicar como funciona a Defesa Civil, Kleber descreve uma estrutura dividida em três principais funções: O operacional (que atende caso ocorra um evento crítico), o coordenador geral (que vai realizar as articulações políticas e administrativas para liberar máquinas ou pedir auxílio financeiro) e o coordenador técnico (que acompanha a equipe técnica de engenheiros para avaliar a situação da crise). Em vários momentos da entrevista, realizada na casa de Kleber no domingo do dia 10 de agosto, sua narrativa aponta para a importância de ter uma estrutura formada para captar verba destinada ao enfrentamento da tragédia. Também relata a dificuldade de conseguir dinheiro para prevenção, e na necessidade de “*conhecer gente em Brasília*” para que os projetos possam ser aprovados. Conta ainda sobre uma conversa que teve com o prefeito de São Sebastião do Caí que se mostrava insatisfeito ao não conseguir recursos financeiros para reparar as conseqüências da enchente na cidade: “*Aqui eles vê que dá*

²⁴ “Best interest”

²⁵ Entrevista com Kleber dia 10 de agosto de 2014

enchente. Não precisa de estrutura. Tem que mandar dinheiro automaticamente” relata Kleber, sarcasticamente, sobre a fala do político do outro município.

As políticas de prevenção a desastre não consiste em simples demandas dos afetados pelo atendimento dos especialistas, mas os próprios especialistas elegendo quem são os afetados e quem são os protegidos. Existe uma disputa dos peritos para definir quais os riscos devem ser considerados e aqueles que podem ser ignorados pela população. Se há um conhecimento perito sobre quais os riscos que exigem maior atenção como é o caso das enchentes e deslizamentos, este conhecimento não atinge um consenso, seja entre a comunidade política, seja entre a comunidade científica, seja entre a população. Se para Fasin (2007) a AIDS na África está presente em um contexto de que se “vive com a morte, e vive na morte”, no que se refere os desastres ambientais, poderia dizer que os sujeitos que vivem em área de risco de deslizamento vivem com o risco da morte e no risco da morte. Segundo o autor, a política não é só sobre as regras do jogo de governar, mas também sobre o que está em jogo.

Segundo Max Weber, a autoridade urbana se refere à cidade de seus habitantes, mas que não parte, necessariamente, de seus habitantes. Para o autor, a cidade é como uma associação autônoma, um aglomerado de instituições administrativas e políticas. E a atuação do CEPED não está descolada dessa dinâmica. Desta forma, o centro de pesquisa a universidade presta assessoria em projetos específicos de diferentes segmentos da administração pública. Tendo em vista que esses perigos são definidos através de narrativas científicas e a idéia de modernização consiste nos avanços tecnológicos, nas transformações das formas de vida e na crescente racionalização e objetivação da cultura (SIMMEL, 1979); Os riscos são sistemas abstratos dos quais nos relacionamos indiretamente através de especialistas – peritos. Kleber conta que em 2009:

“Conseguimos verba para fazer um dique no Grashman. ²⁶Para conter a cheia lá. A FEPA ²⁷não autorizou porque ia dar problema no ecossistema. Eles queria fazer o EIA RIMA, ²⁸que é um laudo federal, para autorizarem a fazer o tal do dique. Mas demora cinco, seis anos. Uma *frescuragem*. Se conseguisse *desassoriar* um pouco o leito do rio, tirar umas curvas, diminuía uns 70%”

²⁶ Bairro de risco na periferia do Município de Rolante

²⁷ Fundação Estadual de Proteção Ambiental

²⁸ Laudo Técnico e Pericial sobre Impacto Ambiental

De acordo com Capiotti (2013), esta falta de consenso, caracterizada pela visão equivocada que tanto a classe política quanto a população teriam, não propiciaria o desenvolvimento das atividades da Defesa Civil em toda sua plenitude, fazendo com que as fases de prevenção e preparação recebam pouca atenção. Um dos mais importantes aspectos desses processos políticos e sociais, de acordo com Veena Das (2004), é que apesar das incertezas que rondam os desastres, as decisões burocráticas são apresentadas de forma pragmática. Desta forma, a racionalidade burocrática resiste em entender o evento crítico, que por vezes é um problema privado, como um problema público (DAS, 2004, p.151).

*“É mais fácil conseguir verba se uma ou duas famílias morrerem. Tu não consegue explicar que tu precisou retirar pessoas de um local e que precisa de recurso para reconstruir ou pagar aluguel para elas. Tem que deixar morrer, infelizmente”.*²⁹ Esse relato descreve os sentidos atribuídos a partir da experiência do mediador nas práticas que envolvem as técnicas de poder no cotidiano do “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 1999); institucionalizado por uma estrutura administrativa de uma tecnologia securacional-reguladora e disciplinar dos corpos (FOUCAULT, 1999). A possível perda material das famílias em situação vulnerável, portanto um problema privado, não consegue ser traduzido na linguagem burocrática para que assim seja compreendido por essa dimensão do social específica e para que a máquina administrativa atue prevenção e proteção dos cidadãos. Kleber continua o relato dizendo que *“Brasília é um lugar desumano. Lá o que manda é o poder e o dinheiro”*.

O biopoder é um ordenamento sob pretexto de desenvolver o bem-estar das populações. Foucault, portanto, esclarece que a ideia de bem-estar e o controle administrativo do Estado são resultados de pressões econômicas e sociais (DREYFRUS E RABINOW, 2013), além da formação de uma sensibilidade social que permitiu que uma nova forma de discurso e uma nova forma de instituição social surgisse. Organizando, assim, uma nova sensibilidade à miséria e aos deveres de assistência.

Considerações Finais

É recorrente lidar com discursos descontínuos e não-legitimados que atuam contra os efeitos de poder centralizadores de um discurso científico, que requer para si o

²⁹ Relato de Kleber na entrevista do dia 10 de agosto

estatuto de conhecimento verdadeiro. Tal preocupação dos interlocutores sobre as contradições das práticas estatais na política de prevenção de desastres, pode ser traduzida de acordo com as tecnologias de poder do Estado, abordadas por Foucault (1999). De acordo com o autor, a partir do século XVIII, há um processo de transição das técnicas de poder, denominadas pelo filósofo de anátomo-políticas à biopolíticas, ou seja, práticas em torno de tecnologias disciplinares do corpo, em que as taxas de nascimento e de mortalidade da população, por exemplo, passam a ser alvo da definição de um campo de saberes, a partir dos quais a biopolítica definiria o campo de sua intervenção. A biopolítica lida, assim, com a população como um problema político:

Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (...) um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver” (FOUCAULT, 1999, p. 293-4)

Com base em tais argumentos, o mapa de vulnerabilidade concebido pelo CEPED, financiado pelo Ministério da Integração, pretende delimitar uma tecnologia de poder em curso. Diferente daquela que teria sido proeminente até meados do século XVII, onde o poder do soberano seria o de deixar viver ou fazer morrer, em um contexto em que a autoridade poderia decidir sobre a vida e a morte dos seus súditos. Agora, ao contrário, como resume o autor, o poder, chamado por ele de “regulamentação”, consistiria na ideia de “fazer viver” e “deixar morrer”. Há, assim, a junção de um mecanismo de poder chamado de “disciplinar”, um saber que intervém nos corpos individuais para que os mesmos sejam socialmente produtivos, com outra tecnologia - o biopoder.

O racismo de Estado (FOUCAULT, 1999), posto que a morte do outro, da raça inferior, do anormal e do degenerado é o que deixaria a vida mais sadia, que torna o “tirar a vida” aceitável na sociedade. Tal função pode ser assumida por meio da multiplicação dos riscos de morte para grupos específicos da população, em que a determinados grupos o “deixar morrer” é uma estratégia inserida nos mecanismos de controle populacional.

Tal multiplicação dos riscos de morte é observada nas negligências em relação à prevenção de desastres por parte da federação (como relatado anteriormente). Portanto, o caso das famílias vivendo em perigo de deslizamento em uma área de risco

(decretado, certificado e comprovado por um laudo científico) constitui uma situação tão complexa que nem o próprio técnico encontra caminhos legais para “*proteger*” as famílias que se encontravam no local e que, não necessariamente, concordam em abandonar suas casas.³⁰

A institucionalização do debate ambiental e as questões que envolvem a idéia de risco, vulnerabilidade, desenvolvimento sustentável, proteção e prevenção, tem se colocado como uma das mais importantes questões contemporâneas,³¹ principalmente no que se refere ao mundo urbano e as discussões sobre gestão da cidade e seu crescimento (PROJETO PRÓ-INTEGRAÇÃO n° 55/2013).

Através da etnografia é possível construir uma progressão entre macropolíticas e micropolíticas, explorando o lado mais obscuro das políticas cotidianas, as controvérsias e disputas entre ciência, Estado e sujeitos, conduzindo, desta forma, um estudo antropológico que extrapola o mundo acadêmico e construímos na criação de políticas públicas e arenas de participação no contexto de conflitos ambientais.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. O Poder Soberano e a Vida Nua*. BH, Editora da UFMG, 2007

BEVILAQUA, Ciméa e LEINER, Piero de Camargo. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. *Revista de Antrologia*, São Paulo, vol.43 no.2 2000.

³⁰ É comum nas entrevistas com os técnicos da defesa civil o comentário que, por vezes, as famílias que estão sendo retiradas da área de risco pelos bombeiros, resistem em sair das suas casas.

³¹ É possível afirmar que a questão ambiental começou a ser percebida como uma questão pública internacional nos anos de 1960, quando os desafios da degradação ambiental e os limites do crescimento econômico foram evidenciados. Esse processo foi consolidado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972. No mesmo ano o Clube de Roma, ONG Internacional composta principalmente por representantes do setor privado e academia, comissionou um estudo chamado “Os limites do Crescimento” [...] Em 1984, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criado pelas Nações Unidas realizou um estudo sobre a degradação ambiental e as políticas ambientais que resultou em um Relatório Nosso Futuro Comum. O objetivo do estudo era propor meio de harmonizar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. (FURTADO, Fabiana e STRAUTMAN, Gabriel. 2014, pág. 221. In: ZHOURI, Andréa e VALENCIO, Norma (org). *Formas de Matar Morrer e Resistir*)

- BECK, Ulrich. Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.
- CLARKE, Robin e KING, Jannet. O Atlas da Água. São Paulo: Publifolha, 2005.
- CALDEIRA, Teresa. A cidade de Muros. São Paulo: EDUSP, 2000
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías Comparadas. Cuadernos de Antropología Social. N° 27, 2008
- DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: Para um sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DAVIS, Kevin E; KINGSBURY, Benedict e MERRY, Sally E. “Indicators as a Technology of Global Governance”. In: Law & Society Review. Volume 46, número 1, 2012
- DOUGLAS, Mary. Como as instituições pensam. São Paulo: Edusp, 2007.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Etnografia de Rua: Estudos de Antropologia Urbana. Porto Alegre: UFGRS, 2013.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.
- ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 1957.
- FAORO, Raymundo. A República Inacabada: Existe um pensamento político brasileiro?. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- FASSIN, Didier. *When Bodies Remember. Experiences and politics of AIDS in South Africa*. Berkeley: Los Angeles, University of California Press, 2007.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder, Graal, Rio de Janeiro, 1999
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 1: A Vontade do Saber. RJ, Graal, 1977
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. RJ, Edições Graal, 1979. (11ª impressão),
- FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France. São Paulo, Martins Fontes, 2002,.
- FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008,
- GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

- GIDDENS, Anthony, BECK, Ulrich e LASH, Scott. *Modernidade Reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1991
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia do Livro, 1997.
- HOSLTON, James. *A cidade Modernista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993
- KIPNIS, Andrew B. “Audit Cultures. Neoliberal governmentality, socialist legacy, or technologies of governing?”. In: *American Ethnologist*. Vol. 35, n. 2, 2008
- LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro. 2008
- LIMA, Roberto Kant. *Ensaio de Antropologia do Direito: Acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- LIMA, Roberto Kant, EILBAUM, Lucía e PIRES, Lenin (orgs.). *Burocracias, Direitos e Conflitos: Pesquisa comparada em Antropologia do Direito*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.
- MERRY, Sally E. “Measuring the World: indicators, human rights and global governance. In: *Current Anthropology*. Vol. 52 (3), abril de 2011.
- MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero: Cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Para Além do Bem e do Mal*. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Gaia da Ciência*. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.
- ORTNER, Sherry. “Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal”. In: *Comparative Studies in Society and History* 37(1), 1997
- ONG, Aihwa. *Buda is Hiding. Refuges, Citizenship and the New America*. Berkeley, University of California Press, 2003
- ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen. “Global Assemblages, Anthropological Problems. Technology, Politics and Ethics as Anthropological Problems”. In: ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen (Ed.). *Global Assemblages Technology, Politics and Ethics as Anthropological Problems*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005
- RABINOW, Paul. *Antropologia da Razão*. Rio de Janeiro: Relume Ed., 1982
- SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”, in: VELHO, OTAVIO (comp), *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

STRATHERN, Marilyn (Ed.). Audit cultures: anthropological studies in accountability, ethics, and the academy. London, Routledge, 2000.

TEIXEIRA, Carla C., CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues, SOUZA LIMA, Antonio. Antropologia das Páticas de Poder. Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014

VALENCIO, Norma. Sociologia dos Desastres. São Paulo. UFSCAR, 2003

VEYRET, Yvette. Os Riscos. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2003.

WEBER; Max. Economia e sociedade:fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa: Editora Universidade de Brasília, 1991.v.1.

ZHOURI, Andréa e VALENCIO, Norma. Formas de Matar Morrer e Resistir. Minas Gerais: UFMG, 2014.